

Revista Portuguesa de

Humanidades

Estudos Linguísticos

VOL. 16-1

ANO 2012

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Faculdade de Filosofia de Braga

Revista Portuguesa de Humanidades

Estudos Linguísticos

DIRECTOR	MIGUEL GONÇALVES
SECRETÁRIOS	JOSÉ CÂNDIDO DE OLIVEIRA MARTINS; ANA PAULA PINTO
CONSELHO DE REDACÇÃO	ALFREDO DINIS; AMADEU TORRES (†); ANA PAULA PINTO; ANTÓNIO MELO; AUGUSTO SOARES DA SILVA; JOÃO AMADEU SILVA; JOSÉ CÂNDIDO DE OLIVEIRA MARTINS; JOSÉ GAMA; LUÍS DA SILVA PEREIRA; MANUEL LOSA; MARIA JOSÉ FERREIRA LOPES; MÁRIO GARCIA E MIGUEL GONÇALVES
COMISSÃO CIENTÍFICA	ANTÓNIO MARTINS DE ARAÚJO, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO; CLARINDA AZEVEDO MAIA, UNIVERSIDADE DE COIMBRA; DIETER MESSNER, UNIVERSIDADE DE SALZBURG; DIRK GEERAERTS, UNIVERSIDADE DE LEUVEN; ENRIQUE BERNÁRDEZ, UNIVERSIDADE COMPLUTENSE DE MADRID; EVANILDO BECHARA, UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO; HORÁCIO ROLIM DE FREITAS, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO; ISABEL HUB FARIA, UNIVERSIDADE DE LISBOA; JOÃO MALACA CASTELEIRO, UNIVERSIDADE DE LISBOA; JORGE MORAIS BARBOSA, UNIVERSIDADE DE COIMBRA; JOSÉ LUIS CIFUENTES HONRUBIA, UNIVERSIDADE DE ALICANTE; LEODEGÁRIO A. AZEVEDO FILHO (†), ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA; MÁRIO VILELA, UNIVERSIDADE DO PORTO; MILTON M. AZEVEDO, UNIVERSIDADE DA CALIFÓRNIA, BERKELEY; NICOLE DELBECQUE, UNIVERSIDADE DE LEUVEN; OSWALD DUCROT, EHSS - PARIS; PER AAGE BRANDT, UNIVERSIDADE DE AARHUS; RAMÓN ALMELA PÉREZ, UNIVERSIDADE DE MURCIA; RONALD W. LANGACKER, UNIVERSIDADE DE CALIFÓRNIA, SAN DIEGO; TORU MARUYAMA, UNIVERSIDADE DE NENZAN, NAGGVA
PROPRIEDADE DISTRIBUIÇÃO E VENDAS	ALETHEIA – Associação Científica e Cultural FACULDADE DE FILOSOFIA DE BRAGA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA PRAÇA DA FACULDADE, 1 4710-297 BRAGA TEL. 253 200 080 • FAX 253 208 081 E-MAIL: aleteiafacfil@braga.ucp.pt HTTP: //www.rphumanidades.com HTTP: //www.publicacoesfacfil.pt
ASSINATURA	ASSINATURA POR FASCÍCULO: PORTUGAL: € 12,5 EUROPA: € 15 OUTROS PAÍSES: € 17,5 ASSINATURA POR VOLUME (FASC. 1 + FASC. 2): PORTUGAL: € 22 EUROPA: € 26 OUTROS PAÍSES: € 30
ISSN	0874-0321
DEPÓSITO LEGAL	119141/97
TIRAGEM	500 EXEMPLARES
CAPA	ROMÃO FIGUEIREDO
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO	GRAFICAMARES, LDA. R. PARQUE INDUSTRIAL MONTE RABADAS, 10 4720-608 PROZELO - AMARES
PATROCÍNIOS	FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA APOIO DO PROGRAMA OPERACIONAL CIÊNCIA TECNOLOGIA, INOVAÇÃO DO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO III

O CONTEÚDO DOS ARTIGOS É DA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES

O guglar e os emeiles na mudança e sobrevivência das línguas

JOSÉ TEIXEIRA

Universidade do Minho – ILCH e CEHUM
jsteixeira@ilch.uminho.pt

Abstract

Usually loanwords are seen as something that languages should avoid. Nevertheless, nowadays in a global world, global words are increasing the lexicon of some of them as it occurs in the Portuguese language.

This paper will focus on the general problem of the language change, on the phenomena related to the process of adaptation of the written changes and the importance of language policy mechanisms related to the whole process of a pluricentric language as Portuguese.

Keywords: lexicon, linguistic change, loanwords, neologism

Hoje, uma língua que não se defende, morre.

(JOSÉ SARAMAGO)

1. A importância simbólica da escrita

O título deste texto (sobretudo a sua forma escrita) é suscetível de causar estranheza, admiração, irritação, aprovação, indignação e várias outras sensações ou atitudes a quem sente o português como sua língua. Se escrevesse “O *Googlar* e os *e-mails*”, a contestação não seria tanta. E se fosse “A busca com o Google e o correio eletrónico” não haveria contestação, a não ser para quem acha que o sistema de escrita anteriormente vigente não deveria ter sido alterado e que se deveria ter continuado a grafar “electrónico”.

Habitualmente, os assuntos da escrita e do uso de palavras de origem estrangeira são os que mais polémicas despertam quando, sobre a língua, se fala de “bom uso”, “uso correto” ou “desvirtuação” e “corrupção”. A conceção

ingénua da maior parte dos falantes intui a língua como prioritariamente escrita. Dizer que a pronúncia das palavras depende da forma como se escrevem parece, para a maior parte, algo inquestionável e quando se tenta mostrar que na realidade acontece o inverso (é a escrita que traduz a forma como falamos e não a fala que deve traduzir a forma como escrevemos) não é à primeira que se consegue convencer o interlocutor. Aliás, quando se pede que se diga “o que é uma palavra”, as respostas começam todas, praticamente, por “é um conjunto de letras que...”. As palavras são, portanto, imaginadas primeiramente como *letras*.

Não é de admirar esta conceção sobrevalorizadora da dimensão escrita das línguas. Em primeiro lugar, porque o sentido da visão é cognitivamente muito mais poderoso do que o da audição como instrumento para a fixação de memórias e estruturação concetual: recordamos melhor o que vimos do que o que ouvimos. E porque *vemos* as palavras na forma escrita, essas *formas escritas* passam, de alguma maneira, a ser equivalentes às próprias palavras, como se cada palavra para existir tivesse que ser escrita. Para chamar a atenção para a não implicação entre a escrita e a existência das palavras é preciso sempre referir que muitas línguas não têm escrita e têm, obviamente, palavras, que a nossa própria língua se não tivesse escrita tinha, na mesma, palavras e que nós em criança quando aprendemos a falar usávamos palavras “sem escrita”.

2. A escrita e a língua (i)mutável

Olhar para um texto escrito parece que nos permite *ver* como a nossa língua realmente é. A escrita é uma espécie de fotografia da língua. E, por isso, um texto escrito que nós reconhecemos como *normal* parece retratar a forma *normal* que nós achamos que a língua deve ter.

No entanto, se refletirmos bem, percebemos que não é assim. Um texto de Camões parece ter as mesmas letras, as mesmas consoantes e vogais que nós usamos hoje e por isso ingenuamente se deduz que se fosse alguém do tempo de Camões a falar, pronunciaria as palavras como nós as pronunciamos hoje. Em parte, é esta ideia simplificada que muitos aceitam quando dizem que “falamos a língua de Camões”. No entanto, se por magia ou milagre Camões viajasse no tempo e viesse até cá, iria ter alguma dificuldade em perceber um português atual, não só porque muitas palavras não existiam no seu tempo, mas também porque a forma de as juntar e pronunciar não é exatamente a mesma. Mas a permanência da escrita dá a ilusão que também permanece a forma oral da sua realização.

Um dos valores simbólicos da escrita é exatamente este: dar a sensação de unidade linguística no tempo e no espaço. Ou seja, que o “bom português” de hoje é igual ao “bom português” do tempo de Camões e que o “bom português” de cada região é igual ao de todas as outras que constituem a comunidade linguística.

Por isso, é que *alterar a escrita* parece ser sinónimo de *alterar a língua*. E é exatamente assim que quase toda a gente se expressa. Vejam-se as polémicas sobre a implementação do acordo ortográfico onde sistematicamente se referiam “alterações / mudanças da língua” em vez de “alterações / mudanças da escrita”.

No entanto, por muito que a escrita possa ir disfarçando, quem tenha alguns conhecimentos relativos ao percurso histórico de uma língua facilmente se apercebe que a forma de a utilizar vai variando ao longo dos tempos. Que as palavras mudam, que a forma de as juntar em frases também muda pode constatar-se quando se percorrem textos (históricos, literários) de épocas diferentes. E embora só haja registos sonoros de tempos relativamente recentes, também se pode comprovar que, igualmente, os sons das línguas se vão alterando com o tempo.

Bem vistas as coisas, no entanto, a questão da mudança das línguas encerra em si uma contradição: por um lado, é bem visível que as línguas mudam; por outro lado, as línguas só podem funcionar se forem estáveis.

É esta perceção da necessidade da estabilidade que a escrita parece assegurar que torna difícil, habitualmente, que se aceitem alterações na forma como as palavras se escrevem. No entanto, as mudanças linguísticas não podem ser encaradas como algo de exterior que acontece à língua. Esta, a língua, é que tem de ser vista como uma realidade que em si já contém a própria ideia de evolução, de mudança. Assim como não se concebe um ser vivo que não possa mudar ao longo da sua vida, também é impensável uma língua viva que fique inalterada ao longo do tempo.

A mutabilidade é, pois, uma característica essencial e imprescindível para a língua. As línguas só têm que mudar se forem faladas. Se não forem faladas, numa sociedade, não mudam. São línguas mortas. Hoje, o latim que se ensina é praticamente o mesmo de há dois mil anos. A língua, deixando de ser falada, permanece como um fóssil inalterado no tempo.

A língua muda porque nunca está definitivamente feita. A língua faz-se continuamente em cada ato: muda, porque é falada em cada instante. Muda na oralidade. Isso não implica que a escrita tenha que mudar. Mas também não implica que não possa mudar.

3. Estrangeirismos, adaptação e mudança

As alterações mais visíveis e mais referidas (mas não as mais importantes, pelo contrário) são os chamados estrangeirismos, unidades lexicais que habitualmente começam por entrar como palavra estranha (estrangeira) mas que ao intensificar-se o seu uso se vão adaptando fonética e graficamente às normas linguísticas da língua importadora.

O processo de entrada dos estrangeirismos numa língua não é exatamente idêntico ao processo de inovação-adoção que subjaz a cada novidade linguística. A inovação e a aceitação da novidade são duas fases no processo de mudança linguística que têm de ser vistas como realidades simultaneamente complementadoras e diferenciáveis. Enquanto se pode dizer que a inovação pertence à fala concreta, a adoção, ou seja, o aceitar e usar a novidade, pertence à língua como entidade abstrata. Na realidade, enquanto a adoção é uma percepção (portanto de carácter mental) individual e coletiva, a inovação começa por ser uma realidade fisicamente introduzida através do (de um) uso concreto.

Por isso, é necessário não confundir *inovação* e *adoção* com a *adaptação* que acompanha o percurso dos estrangeirismos. Este processo acontece quando os falantes de uma língua utilizam, a seu modo, uma palavra “importada” de uma outra língua. Para além da inovação, ou seja, do facto de se propor algo de novo na língua que faz a importação, tem que se considerar o processo que a palavra tem de sofrer para ser absorvida. Esse processo de entrada e fixação de uma palavra estrangeira implica uma fase de transição.

Uma adaptação verifica-se entre dois sistemas linguísticos diferentes, enquanto as inovações e adoções se realizam dentro do mesmo sistema. É por isso que, num processo de adaptação, o chamado “estrangeirismo” rapidamente perde algumas das suas características articulatórias de origem. Mal ele é utilizado, perde a articulação fonológica original e começa a adaptar-se à da língua de receção. Muitas vezes não temos essa percepção porque a escrita não a espelha e aquilo que nos parece uma palavra “completamente estrangeira” já só o é apenas em parte, porque passou a ser pronunciada com os sons e o sistema da nossa língua.

4. Só há mudança quando os falantes o quiserem

Se as línguas mudam por serem faladas, usadas, será uma verdade lapalisseana dizer que a mudança linguística começa no uso. Ou seja, embora os elementos que se irão introduzir como novidade possam provir de várias fontes (escrita, meios audiovisuais, enganos e erros tomados como formas

corretas, etc.) é pelo uso massivo, normalmente através da oralidade, que as novidades vão ter a possibilidade de ficarem.

É, assim, que classicamente¹ se assinalam duas etapas imprescindíveis para acontecer uma mudança linguística: a *inovação* (alguma coisa de novo, de diferente), que acontece quando no uso da língua se emprega algo que se afasta dos modelos tradicionalmente aceites e tidos como normais; a *adoção*, que acontece quando essa inovação é aceite pela coletividade de tal modo que fica a fazer parte dos hábitos do falar.

Esta distinção, que parece óbvia, é fundamental para se compreender o fenómeno da mudança linguística.

No entanto, se se reparar bem, quer a inovação, quer a adoção correspondem apenas a dois momentos num processo mais complexo. A chamada visão variacionista (cf. Labov 1994) veio chamar a atenção para o facto de a mudança linguística implicar sempre uma fase em que na língua existe mais do que uma forma em uso. Naturalmente que para que na língua algo mude, tem que se supor que havia uma forma antes que foi substituída por uma outra. Só que é bom de compreender que as substituições nas línguas são demoradas e complexas, não acontecem de um dia para o outro. Há uma época, maior ou menor, em que as duas formas coexistem, em que os falantes podem optar por uma ou por outra. Aliás, facilmente se compreende que uma língua é um feixe de facetas em intervariação, quer no plano diatópico, quer diastrático ou diafásico.

Quer dizer que a etapa que Eugenio Coseriu designa como *adoção* corresponde a um conjunto de processos que incluem a fase em que o falante já tem na língua duas formas alternativas à escolha (já há, portanto, variação) e a fase em que essa escolha passa a ser aceite como *adotada* pela maioria. Neste caso, esta nova fase passa a ser vista como aquela em que se processa a *mudança*.

O processo não é, no entanto, composto por fases perfeitamente discretas e delimitáveis no tempo, mas constitui-se num contínuo que terá também muito a ver com as percepções que os falantes têm da inserção ou não na norma das formas em variação.

Pode-se constatar que a perspectiva que refere a díade *inovação-adoção* não é incompatível com a posição que acentua a variação linguística como a condição *sine qua non* para a mudança.

A *inovação* poderá corresponder a uma determinada realização ou uso que num momento concreto introduz algo de novo. No entanto, a maior parte

¹ Cf. Coseriu (1979). Esta visão coseriana é marcante em toda a perspectiva estruturalista.

das inovações não tem um momento assinalável. Quando são sentidas como novidade linguística, é porque já foram utilizadas por mais do que uma vez e por mais do que um falante. Podemos, no entanto, sempre supor, pelo menos metodologicamente, que houve um primeiro momento temporal em que a inovação apareceu através de um uso concreto.

A inovação corresponde, portanto, a uma forma nova (representada no esquema da Figura 1 por B) que, por princípio, entra em concorrência com uma forma equivalente (A) que está integrada no modelo-padrão.

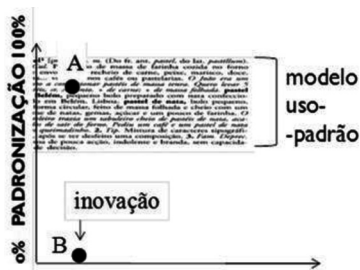


Figura 1

É verdadeiramente nestes casos que se pode falar em “variação”, já que esta perspetiva tem que, forçosamente incluir pelo menos duas formas, sendo uma variante de outra. Assim, por exemplo, o aparecimento (B, uma *inovação*) da forma “você + 3.^a pessoa plural” (*vocês estão*) contrapôs-se à forma primitivamente normativa (A) “vós + 2.^a pessoa plural” (*vós estais*). A forma antiga vai perdendo frequência de uso na mesma percentagem em que a nova a adquire, coexistindo as duas numa época em que há, verdadeiramente, variação entre uma e outra. O processo terminará o ciclo completo se a nova (B) se integrar no padrão e substituir completamente a antiga (A).

Note-se que a inovação aparece sempre forçosamente no limite mínimo da padronização, não apenas pelo seu carácter de novidade, mas igualmente pelo facto de, por definição, no início ter uma frequência de uso próxima do zero.²

² Na Figura 2, o eixo das abcissas corresponde à progressão temporal e o das ordenadas à intensidade da padronização, ou seja, ao grau de padronização que os falantes atribuem a uma determinada variante da língua. Na verdade, para os falantes, o uso padrão corresponde apenas a uma faixa (superior) das realizações existentes, à zona entendida como “correta” de usos da língua.



Figura 2

Quanto à *adoção*, ao inverso, não pode estar associada a um momento concreto no tempo. Corresponde à aceitação tida como coletiva da forma pelos falantes da norma padrão e por isso não se pode traduzir num ato concreto, datável com exatidão, mas antes a uma aceitação coletiva tácita.

A Figura 2 pode dar a entender, no entanto, que a mudança linguística se faz sempre por substituição de uma forma antiga (A) por uma nova (B). A própria conceção variacionista inclina-se bastante para esta visão, já que, como foi dito, “variação” é prototipicamente entendido como “opção entre variantes”. No entanto, a história de todas as línguas mostra-nos (sobretudo a nível lexical, na *criação* de palavras novas) que há formas que não vêm substituir nada; as que são criadas porque a língua sentiu uma necessidade expressiva que até aí não tinha. A maior parte dos neologismos (*computador, blogue, sida, quântico*, etc.) pode ser vista sob esta ótica.

Parece, assim, existirem dois processos diferenciados que levam à mudança linguística: a opção entre variantes (em que um B novo vai lutar com um A já existente no uso normativo) e a criação de algo, que por ser novo não vem substituir nada mais antigo na norma até aí existente.

Bem vistas as coisas, porém, há uma invariante nos dois processos: quando aparece algo de novo no uso linguístico é porque há um “buraco expressivo” (vamos chamar-lhe assim e representá-lo como \emptyset) no sistema da língua, ou seja, uma necessidade que o falante sente precisar de complementar. Esse buraco expressivo pode levar à necessidade de inovar através da introdução de uma forma nova que não vem substituir nada ($\emptyset > B$, como em $\emptyset > \textit{blogue}$) ou então à introdução de uma outra forma vista como vantajosa em relação a uma já existente ($A > B$, como em *vós estais > vocês estão*). Ou seja, no esquema proposto, o elemento [A] não representa uma forma concreta, mas uma *necessidade expressiva*.

Poder-se-á, então, propor um esquema (Figura 3) que represente a globalidade do processo.



Figura 3

O período da variação abarca desde a introdução da inovação [B] até ao desaparecimento de uso da forma [A] substituída. E tanto faz que [A] represente uma forma concreta como uma necessidade expressiva (\emptyset portanto): o processo de variação e de substituição é o mesmo, só que no segundo caso, o que abranda em uso e se transforma em “arcaísmo” não é uma forma antiga, mas o “buraco expressivo” \emptyset .

Neste processo de incremento de [B] e de diminuição de [A] terá que, metodologicamente, se supor um período em que as duas formas se encontram disponíveis na norma, que é, verdadeiramente, o período culminante da variação: as duas são vistas como autênticas opções, não apresentando nenhuma o atributo de para-normativa (não pertencente à norma, ou seja, vista como uma forma “incorreta”). E é a partir do ponto em que os falantes têm a percepção de que a nova [B] ultrapassou a antiga [A] que se pode falar em aceitação completa pela norma, ou seja, usando a terminologia coseriana, em *adoção*. E em rigor, é o momento da “mudança”, ou seja, quando começa a percepção de que [B] substituiu [A].

Mas nem todos os processos de variação e mudança linguística se realizam da mesma maneira e com as mesmas consequências. Há muita variação que acaba por não trazer alterações a longo prazo, como é o caso, por exemplo, das chamadas “modas linguísticas” de que a linguagem juvenil se constitui um bom exemplo.

Na realidade, a linguagem juvenil serve frequentemente como marca de integração no grupo e, por isso, não tem como principal finalidade que as especificidades lexicais ou morfo-sintáticas que usa venham a fazer parte do sistema padrão. Antes pelo contrário, a base em que assenta é a diferenciação e alternância a essa mesma norma-padrão, encarada como a linguagem dos adultos. Daí que o esquema atrás proposto, que visa representar as situações típicas de mudança, não seja adequado para, por exemplo, este tipo de fenómenos em que há muita variação em períodos curtos de tempo e, habitualmente, pouca mudança a médio e longo prazo. O último esquema (Figura 4) representa

melhor este particular processo: uma variação curta, que tão rapidamente se dissemina como também desaparece e que nunca chega a ser vista como fazendo parte da norma do sistema, constituindo-se antes como variação alter-nante a essa mesma norma.

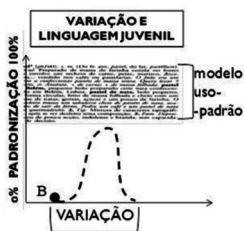


Figura 4

4. Que usar?: *t-shirt*, *ticharte* ou... nada?³

Mas como factos são factos e não é muito sensato negá-los, as línguas, por causa da referida necessidade de preencherem lacunas lexicais correspondentes a novas realidades que têm que nomear, têm necessidade, por vezes, de importar léxico (ou “pedir emprestado”, para quem preferir o tradicional eufemismo “empréstimo”).

E começa a guerra.

Uma (geralmente inútil) é entre os que aceitam a novidade importada e os que acham que na língua há sempre formas equivalentes que já existem ou podem ser criadas para substituir o “intruso”. No entanto, habitualmente esta guerra pouco decide sobre a lexia vencedora. O que vai ter peso na decisão vai ser, sobretudo, o prestígio que a palavra (mesmo que “estrangeirada”) traz consigo aliado ao seu grau de exclusividade e pertinência para a tradução da nova realidade concetual. Se a língua de onde vem tem prestígio e se a forma não tem uma correspondente e muito usada na língua de aceitação, normalmente impõe-se, mesmo que tenha contra si vultos literários importantes. Aquilino Ribeiro quis substituir o estrangeirismo *football* por *pedibola* e, obviamente, não conseguiu. Há quem tenha proposto *cibergrama* para *email*, mas a tarefa afigura-se inglória.⁴

³ Retomam-se aqui algumas considerações apresentadas em José Teixeira, *O léxico também usa Prada?: Léxico, cognição e publicidade* (a sair brevemente).

⁴ Por analogia com *telegrama* e *aerograma* (muito usado na altura da guerra colonial, anos 60 e 70 do século XX).

Estas tentativas denotam como os estrangeirismos são sentidos, por muitos, como corpos estranhos no léxico de uma língua. E em princípio (ou *no princípio*) esta sensação é compreensível. Mas quer se queira quer não, a história das línguas mostra-nos a contínua influência que as línguas adstrato têm e como é impossível não haver transferências lexicais entre as línguas. Com o tempo, aquilo que era *estrangeiro* integra-se na língua e deixa de ser sentido como tal. Qual é que hoje parece mais estrangeirado ao português: *futebol* ou *pedibola*?

Aliás, esta divisão entre “estrangeirismos” e termos “nacionais”(?) que é, na aparência, indiscutível e inequívoca, evidencia-se como bastante complexa quando se trata de demarcar o léxico de uma língua. Na verdade, embora não explicitamente, esta divisão parte da noção estruturalista do léxico como um conjunto de campos lexicais, como um território, um espaço nacional frente a outros espaços estrangeiros. Ora os espaços são facilmente delimitáveis entre países: um espaço ou fica de um lado da fronteira ou do outro.

Assim, o conceito de “estrangeirismo” foi introduzido não para indicar as palavras de um léxico “estrangeiro”, mas para indicar as que no léxico “nacional” tinham origem em léxicos exteriores. Segundo o *Dicionário de Lingüística* de Zélia Santos Jota⁵ um estrangeirismo é uma “palavra ou expressão de cunho estrangeiro usada mas ainda não integrada noutra língua”. E distingue *empréstimos* (quando considerados integrados, como *piquenique*, *futebol*) de *estrangeirismos*, apresentados como não integrados (*menu*, *ballet*) “inclusive por se vestirem ainda à moda francesa” como afirma.

Mas o que é que decide o que é uma palavra “usada mas ainda não integrada” numa língua? Como nos exemplos apresentados, habitualmente o “vestido” da escrita, para usar a metáfora utilizada. Ora este critério é problemático, porque, a ser integralmente aplicado, em primeiro lugar supõe que um falante que não saiba escrever não usa verdadeiramente o léxico e depois porque subentende que o processo de adaptação da escrita é unívoco e sistemático.

O próprio dicionário citado dá-se conta da inadequação e da dificuldade do critério, porque, logo a seguir, na mesma entrada (*estrangeirismo*) faz a observação de que “esse caráter, afinal, é muito sutil. *Ballet*, de tal maneira vem-se impondo, que não raro aparece com roupagem vernácula (balé)”.

Na realidade, aquilo que se designa por *estrangeirismos* e *empréstimos* são momentos relativos ao processo de integração pelo léxico de uma língua de unidades vindas de um outro sistema linguístico.

⁵ Rio de Janeiro: Presença, 1981.

As imprecisões na visão tradicional começam na designação que identifica *língua diferente* e *língua estrangeira*. Se uma palavra do catalão entrar no espanhol não é um estrangeirismo, pelo critério da nacionalidade mas é-o pelo de “língua diferente”; ao inverso se uma palavra do inglês europeu entrar no inglês americano é estrangeirismo pelo critério da nacionalidade e não o é pelo critério de “língua diferente”.

Outro equívoco prende-se com a suposição de que a escrita equivale à pronúncia, ou seja, que se a palavra aparece escrita na língua “estrangeira” é porque é pronunciada como palavra estrangeira. Ora não é isso que acontece. A pronúncia “estrangeira” praticamente não entra no processo, e se acontecer é numa fase muito breve e inicial. Nessa fase, a existir, ela não é verdadeiramente um estrangeirismo, mas uma palavra de outra língua. Quando vemos escrita e pronunciamos a palavra *internet* num texto de português europeu (PE) podemos pensar que estamos a pronunciar uma palavra em inglês, mas não é isso que acontece: em inglês a palavra é proparoxítona (esdrúxula), enquanto em PE a pronunciamos como paroxítona (grave); em inglês tem 3 sílabas, em PE 4; e obviamente os sons/fonemas também são diferentes:

inglês = [ˈɪntənɛt]; português europeu [ĩterˈneti].

Este ponto é essencial para a compreensão do fenómeno da transformação de algo tido como estrangeirismo em palavra plena (“normal”) de uma língua. E a percepção dessa transformação passa, indubitavelmente, pela escrita. Não é, pois, indiferente quer a forma, quer a rapidez do processo para que a lexia seja mais ou menos rapidamente *vista* (e tratando-se da escrita o termo é mesmo este) como uma palavra da língua.

Podemos assinalar 4 fases que indicam a sequência temporal de “nacionalização” ou integração no léxico de uma língua de um estrangeirismo:

Usos	Fases	Estatuto lexical	Consciência etimológica
Pronúncia Língua Estrangeira Escrita Língua Estrangeira	1	Palavra Estrangeira	Plena
Pronúncia Língua “Nacional” Escrita Língua Estrangeira	2	Estrangeirismo	Elevada
Pronúncia Língua “Nacional” Escrita Língua “Nacional”	3	Empréstimo	Reduzida
Pronúncia Língua “Nacional” Escrita Língua “Nacional”	4	Léxico geral	Nula

Como globalmente acontece nos demais processos linguísticos, a dinâmica da sequência é contínua, ou seja, não há saltos entre cada etapa. Além disso, como nos demais processos de mudança, em cada época acontecem sempre fenómenos de variação, na medida em que há sempre em cada etapa sincrónica a coexistência de, pelo menos, duas fases. Por isso, a aceitar a designação tradicional das fases, a passagem de uma unidade lexical de *estrangeirismo* para *empréstimo* e daqui para o léxico geral não se processa por saltos quânticos, mas por um continuum de aceitação e uso até à perda das características e da noção de palavra “estrangeira” para a generalidade dos falantes.

5. O fator *prestígio*

É neste processo, de inserção na escrita, que podem desempenhar papel decisivo os meios políticos e sociais para a “defesa” (se assim se quiser ver) da língua: a legislação, a escola e investigação, os dicionários, os meios de comunicação social. São eles que atribuirão o fator que irá ser determinante para a sobrevivência da forma: enquanto esta não sair da fase 2, ou seja, enquanto a sua forma escrita for a da língua estrangeira ela não será sentida como uma palavra da língua recetora.

Mas para que esta transformação seja possível, tem que se ultrapassar uma fase traumática e contraditória: aceitar que a nova forma *pode vestir-se* (para usar uma metáfora habitualmente utilizada para a escrita) como as outras da língua acolhedora e abandonar o seu aspeto de origem. Este processo é traumático e contraditório porque os detentores do poder do prestígio linguístico (estado, académicos, dicionários, escritores) normalmente opõem resistência à importação lexical. E enquanto a palavra ficar escrita na língua de origem, parece que não faz parte da nossa: é *estranha / estrangeira*, e a escrita mostra-o. Mas, como já se indicou, esta ideia não é verdadeira, porque, na realidade, a palavra, em muitos aspetos, *já faz parte* do léxico da língua que a importou: já não tem os sons da língua original (já foi adaptada foneticamente) e o léxico, embora pareça que não a quer *interiorizar*, já não pode passar sem ela. O português, hoje, já não pode dispensar palavras como, por exemplo, *soutien*, *shampoo*, *dossier*, *email*, *iceberg*, *hamburger*. Mas não é fácil, nem pacífico, que os detentores do poder do prestígio linguístico (a “sociedade”, se se quiser) aceitem inserir estes lexemas devidamente transformados na vertente gráfica (*sutiã*, *champô*, *dossiê*, *emeil*, *aicebergue*). E se hoje as formas *futebol*, *iate* ou *folclore* já são aceites como inseridas na língua escrita *correta*, outras, do género das da exemplificação anterior (*soutien*,

shampoo, dossier, email, iceberg, hamburger para *sutiã, champô, dossiê, emeil, aicebergue*), estão ainda em fase de aceitação.

É neste ponto do processo (passagem da fase 2 para a 3) que os detentores do prestígio linguístico podem desempenhar um papel relevante. Desde que se sinta que a palavra é importante para o uso da língua, o falante deveria ser encorajado a usá-la, mas utilizando o *seu* sistema de escrita e não sistemas de escrita estrangeiros. No entanto, há uma inércia natural que leva a que a adaptação escrita só aconteça quando, na consciência coletiva, desaparecer a proveniência estrangeira do vocábulo.

As alterações introduzidas pelas tecnologias de comunicação, sobretudo no que diz respeito ao tratamento de dados das línguas naturais, podem ajudar-nos, hoje, a que o processo se efetive de maneira mais adequada e mais célere do que em tempos passados. Com efeito, a lexicografia tradicional só podia elaborar dicionários e terminologias oficiais de uma língua muito espaçadamente. Eram escritos em papel, os usos recolhidos um a um por pessoas físicas e depois deveria ter-se uma “intuição” sobre se tinham uma utilização suficiente que justificasse a inserção da palavra no dicionário. Isto implicava, como é bom de ver, que a admissão de novas formas fosse sempre bastante postergada no tempo. Hoje, ao inverso, é possível recolher milhões de ocorrências diárias, essas ocorrências serem comparadas mecanicamente, saber se a tendência é de desaparecer ou de se manterem. Utilizando estes instrumentos tecnológicos e uma adequada política de língua, os governos dos países que falam português poderiam (através do que atrás se referiu como “os detentores do poder do prestígio linguístico”) contribuir para que os neologismos e estrangeirismos não sejam motivo de divisão linguística e estranheza.

Em primeiro lugar pela efetiva criação de uma base lexical que fosse, na medida do possível, uma plataforma que servisse o português global e pluricêntrico, como é hoje. Se essa base lexical, que reuniria o necessário vocabulário considerado fundamental, tratasse os processos de adaptação dos estrangeirismos com a celeridade aconselhada, talvez se pudessem evitar (talvez...) algumas das duplicidades lexicais que contribuem para a divergência entre o Português Europeu (PE) e o Português Brasileiro (PB) (*rato / mousse, telemóvel / celular*, por exemplo).

Depois, essa base lexical deveria ser periodicamente atualizada, estabelecendo-se o mais cedo e adequadamente possível a forma como na língua se deve proceder para inserir a forma escrita da palavra que veio de outra língua. Evitavam-se, assim, os longos períodos de adaptação de escrita em que, na mesma língua, aparecem formas muito variadas de grafar a mesma palavra, o que contribui para atrasar o processo de a palavra ser vista como normal e

integrada no léxico. Ainda hoje é possível encontrar *soutien*, *soutiã*, *sutien*, *sutiã* (e talvez outras variações) por causa da falta da referida sistematização atempada.

Se o processo fosse adequadamente coordenado, evitar-se-ia, igualmente, a dúvida e a estranheza que assaltam sempre o usuário da escrita quando não sabe se deve usar *googlar* ou *guglar*, *email*, *e-mail*, *imail*, *emeil*, *imeil* ou outra forma possível. E caso houvesse bom senso, evitar-se-iam (pensamos) formas “impossíveis” e realmente estranhas como algumas que neste momento estão em uso. Por exemplo, vários dicionários (começando um, depois os outros vão atrás...) apresentam para *iceberg* a forma *icebergue*, achando que estão a aporuguesar a grafia. Ora o que acontece, é que a forma proposta, *icebergue*, nem é estrangeira nem pode ser considerada toda escrita em português. A primeira sílaba, em que a letra -i- é lida como ditongo -ai- não pode valer no sistema de escrita português. Tal como *sutiã* e *iate* se desviaram graficamente de *soutien* e de *yacht*, também a adaptação de *iceberg* terá de ser em *aicebergue*, para não ficar metade da palavra em inglês e metade em português.

6. Conclusão: o português precisa de *guglar*?

Do que para trás ficou dito, deve entender-se que a questão que se deve colocar não é a de saber se uma língua precisa que a palavra A ou B seja adaptada ou não na escrita ou se o deve ser de uma forma ou de outra. A questão de fundo tem a ver com a importância que tem a constituição de uma base lexical o mais sólida e comum possível numa língua global e pluricêntrica como é o português atual. E para isso, os países e poderes políticos e sociais que suportam essa língua devem fazer todos os esforços para que as inevitáveis alterações lexicais neológicas que acontecem (sobretudo as correspondentes aos classicamente apelidados *estrangeirismos*) não contribuam para introduzir divergências desnecessárias entre os usuários.

O papel das terminologias, termos técnicos, estrangeirismos adaptados e todo o vaivém lexical que as línguas dançam hoje acontece, talvez, muito mais rapidamente do que em tempos passados.⁶ Os termos entram e saem de forma

⁶ “[...] as línguas hoje, batem-se. Não há declaração de guerra, mas a luta é sem quartel. A História, que antes não fazia mais que andar, voa agora, e os actuais meios de comunicação de massa excedem, na sua mais simples expressão, mesmo o poder imaginativo daqueles que, como o autor destas linhas, fazem precisamente da imaginação o

muitas vezes imprevisível, já que, como se sabe, o termo da língua tem uma sorte muito semelhante à realidade que designa: pode permanecer por gerações e ser a base de novos termos ou desaparecer apenas em alguns anos depois de ter tido uma vida fugaz e intensa (*cassete*, por exemplo). O que é certo, é que a velocidade cada vez maior dessa dança de entradas e saídas exige que cada língua esteja atenta ao processo. E para uma língua como o português, tão diversificada geograficamente por tantos países, tal processo pode acarretar consequências de dispersão e divergência a que os poderes deverão estar atentos.

Tomar a atitude purista tradicional e dizer para se evitem os estrangeirismos, não usar termos que não sejam “nacionais” ou afirmar que a terminologia mais tecnológica e do dia a dia não tem importância para a “língua de Camões” que possui um repositório literário que lhe garante a “qualidade”, ou seja, que não precisamos de palavras como *guglar* ou *emeil*, não é atitude sensata, mas, a médio prazo, suicida. E é escusado pensar que os falantes não vão usar essas formas. Ou que o seu uso não é importante e não tem interesse. Hoje, o prestígio cultural e económico das línguas passa também pelo uso efetivo que se pode medir através da internete (ver anexos) e de todos os usos do “internetês”.⁷ Quando há poucos dias se noticiou que o português tinha passado a ser a terceira língua mais utilizada no Facebook,⁸ os meios de comunicação deram um grande destaque à notícia porque, quer se queira quer não, num mundo globalizado o predomínio de umas línguas sobre outras possui valor económico (*cf.* Reto 2012), para além do tradicional valor cultural e linguístico.

seu instrumento de trabalho.” (José Saramago, “Uma língua que não se defende, morre”, Texto escrito para o sítio *Ciberdúvidas*)

⁷ Termo já muito em voga para referir a linguagem e escrita simplificada, oralizante que as tecnologias de comunicação e as redes sociais potenciam.

⁸ “Português já é a terceira língua do Facebook

Site Socialbakers avança com os números mais recentes nas redes sociais.

O Português já é a terceira língua mais falada na maior rede social do mundo, o Facebook. A língua de Camões perde só para o Inglês e para o Espanhol e, em menos de dois anos, a sua evolução roçou quase os 900%.

Segundo o site Socialbakers, 146,6 milhões de utilizadores foram registados como falantes da língua inglesa, enquanto 81,7 milhões em espanhol, nos últimos dois anos. No caso do português o número de registos aumentou 52,4 milhões, e esta foi, como mostra o gráfico criado pelo site, uma das maiores evoluções entre Março de 2010 e Novembro de 2012.” (Rebeca Venâncio, *Diário Económico*, 16/11/12: http://economico.sapo.pt/noticias/portugues-ja-e-a-terceira-lingua-do-facebook_156424.html)

Para a língua, tão mau é não saber isto (como parece acontecer entre uma parte significativa de puristas pseudodefensores da língua) como não querer saber disto (como parece acontecer com os sucessivos desleixos para uma política de língua). Se a língua muda, não se tenha medo de mudar a forma de a transcrever. Afinal, já há muito tempo alguém dissera que “todo o mundo é composto de mudança/ tomando sempre novas qualidades”. E se os “velhos do Restelo” encontrarão, com certeza, na mudança do *guglar* e dos *emeiles* novos defeitos, Camões preferiu ver sempre na mudança “novas qualidades”.

Referências

COSERIU, Eugenio

1979 *Sincronia, Diacronia e História – O Problema da Mudança Lingüística*. Rio de Janeiro: Presença.

LABOV, William

1994 *Principles of Linguistic Change, Internal Factors*. New Jersey: John Wiley & Sons

RETO, Luís (Coord.)

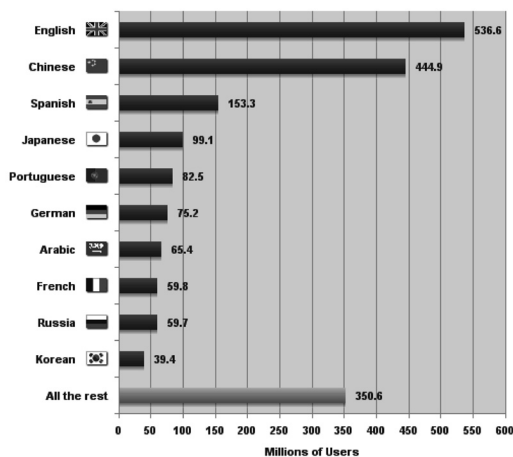
2012 *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Alfragide: Texto Editores.

TEIXEIRA, José

O léxico também usa Prada?: Léxico, cognição e publicidade (a sair brevemente).

Anexos

Top Ten Languages in the Internet 2010 (in millions of users)



Fonte: Internet World Stats – www.internetworldstats.com/stats7.htm

Estimated Internet users are 1,966,514,816 on June 30, 2010

Copyright©2000-2010, Miniwatts Marketing Group

Rank	Language	Internet users
1	English	565,004,000
2	Chinese	509,965,000
	Others	350,557,000
3	Spanisph	164,969,000
4	Japanese	99,182,000
5	Portuguese	82,587,000
6	German	75,423,000
7	Arabic	65,365,000
8	French	59,779,000
9	Russian	59,700,000
10	Korean	39,440,000

Fonte: Wikipedia, com dados de Março 2011

